

LETRAMENTO IDEOLÓGICO E EMANCIPAÇÃO FEMININA*

Zulmária de Souza Faustino Dias (UFVJM)

Carlos Henrique Silva de Castro (UFVJM)

RESUMO: No presente trabalho, apresentamos reflexões sobre práticas de letramentos e seus potenciais para emancipação feminina. O trabalho se inicia com uma revisão conceitual acerca de letramento(s), bem como a evolução das pesquisas no Brasil e sua relevância para além da escolarização, mas para a vida enquanto práticas sociais. Encontramos na vertente “ideológica” de Street (2014) o que parece ser a seara para um trabalho que fomente os letramentos para a emancipação feminina. Para um trabalho em educação linguística nesse sentido, a proposta de sequências didáticas por meio dos gêneros textuais pode promover letramentos com resultados no empoderamento e emancipação das mulheres. Ao final, apresentamos as biografias de letramento (STREET, 2014) como necessárias à orientação ideológica do trabalho.

Palavras-chave: letramentos; emancipação feminina; sequência didática; biografias de letramento.

1 Introdução

Levando-se em consideração que os sistemas de preconceitos estruturais em que estamos envolvidos perpassam nossos discursos, bem como nossos discursos competem em uma arena de significados (BAKHTIN, 2003), contextualizada nas realidades dos sujeitos, uma educação linguística contra um sistema que oprime, agride e inferioriza deve ser ideologicamente orientada. Essa orientação deve se dar no sentido da desconstrução desses valores, como defenderemos ao longo do trabalho, como foco especial à questão da luta feminista.

Nessa direção, este artigo parte da reflexão acerca dos letramentos sociais, dentro e fora da escola, para a prática educativa em si. Assim, como metodologia no trabalho na sala de aula, sugerimos que o professor possa utilizar as sequências didáticas por meio dos gêneros textuais de temas relevantes para os contextos dos estudantes, como sugere o trabalho com biografias de letramento sugerido por Street (2014). Entendemos que trazer para a sala de aula práticas sociais reais relativas à emancipação feminina pode fomentar discussões emancipadoras nesse contexto.

Nesse sentido, a sessão 2, a seguir, definimos o que é letramento(s) a partir de uma reflexão sobre as mudanças que o conceito sofreu ao longo do tempo. Destacam-se as vertentes ideológica e autônoma de Street (2014). Na sessão 3, fazemos um paralelo entre letramentos e a emancipação feminina. Na sessão 4, propomos o uso de sequências didáticas por meio dos gêneros textuais de relevância nos contextos das estudantes. Nesta sessão, apontamos, ainda, a necessidade de se iniciar tais reflexões na sala de aula nos anos iniciais do ensino fundamental. A sessão V finaliza o trabalho com considerações/apontamentos que podem ser fomentadas/os em estudos futuros.

2 Letramento, conceito e significados

Estudos sobre letramento tornaram-se um ponto de relevância nas instituições de pesquisa e ensino nas últimas três décadas, tendo em vista o crescimento dos letramentos sociais e a preocupação com um ensino de leitura e escrita para além das questões fonéticas e fonológicas, mas em diálogo com as crescentes necessidades do uso da língua escrita. No início, desses estudos, ainda na década de 1990, as pesquisas pareciam centralizar seu foco num “letramento escolarizado”, ou seja, procuravam dados, instrumentos que analisavam o

* XIV Congresso Internacional de Linguagem e Tecnologia Online.

letramento como um conjunto de competências de base cognitiva, “de leitura e escrita ensinadas e medidas no contexto escolar” (SOARES, 1998, p. 100).

Lá em 1995, Kleiman dizia que “[o]s estudos de letramento no Brasil estão numa etapa ao mesmo tempo em que excipiente e extremamente vigorosa, configurando-se hoje como uma das vertentes de pesquisa que melhor concretiza a união do interesse teórico, em busca de descrições e explicações sobre um fenômeno” (KLEIMAN, 1995, p. 15). Naquele contexto, a autora salientava que o estudo sobre o conceito de letramento surge no meio acadêmico como maneira de distinguir as pesquisas sobre alfabetização dos estudos que fomentam os efeitos sociais da aquisição da escrita. Enquanto conceito, Kleiman mobilizava Street (1993) que propõe uma definição de letramento “(...) como um conjunto de práticas sociais que usam a escrita, como sistema simbólico e como tecnologia, em contextos específicos, para objetivos específicos” (KLEIMAN, 1995, p. 18). Já Soares (1998), para além da conceituação inicial de letramento, em um processo de análise e revisão, mostra facetas dos contextos sociais conceituais onde é possível medir/avaliar “menos letramentos” ligadas ao sujeito enquanto ser social de direitos. Destaca a autora:

(...) letramento é, sem dúvida alguma, pelo menos nas sociedades industrializadas, um direito humano absoluto, independente das condições econômicas e sociais em que um dado grupo humano esteja inserido; dados sobre letramento representam, assim, o grau em que esse direito está distribuído entre a população e foi efetivamente alcançado por ela”. (SOARES, 1998, p. 120).

A autora afirma que essa análise conceitual “(...) pretende servir como um quadro referencial para as tarefas essencialmente ideológicas e políticas de formulação de políticas de alfabetização e letramento e de programas de desenvolvimento do letramento” (SOARES, 1988, p. 121). Nesse processo, percebemos que a autora descreve letramento como um “estado” que adquire o sujeito como “resultado” do aprendizado da leitura e da escrita; tendo em vistas que, para ela, (..) “letramento é, pois, o resultado da ação de ensinar ou de aprender a ler e escrever: o estado ou a condição que adquire um grupo social ou um indivíduo como consequência de ter-se apropriado da escrita”. (SOARES, 1998, p.18). Notamos que, nesse primeiro momento, Soares frisa as competências do indivíduo na apropriação da leitura e da escrita, ensinadas nos contextos escolares, desfavorecendo assim os contextos vivenciados pelo sujeito fora do ambiente escolar. Em contrapartida, na mesma obra, traz a questão da pluralidade citando autores que “[a]rgumentam que é mais adequado referir se a letramentos, no plural, e não a um único *letramento*, no singular” (SOARES, 1998, p. 81). A autora salienta que:

O letramento é uma variável contínua e não discreta ou dicotômica, refere-se a uma multiplicidade de habilidades de leitura e escrita, que devem ser aplicadas a uma ampla variedade de materiais de leitura e escrita; compreende diferentes práticas que dependem da natureza, estrutura e aspirações de determinada sociedade (SOARES, 1998, p. 112).

Apesar da pluralidade, a autora esclarece que “[u]ma definição comum e unilateral não é possível, mas uma definição deliberadamente *operacional*, ainda que arbitrária, tanto é possível quanto é extremamente necessária para atender aos requisitos práticos de procedimentos de avaliação e medição” (SOARES, 1998, p. 116). Tal definição aparece, assim, como fator fundamental para um país obter indicadores básicos de progresso, tendo em vista a formulação de políticas públicas.

Apesar da necessidade de uma definição operacional, não se consegue um consenso teórico sobre em alguns sentidos. Os novos estudos do letramento, de quais fizeram parte Brian Street, defendem os estudos do letramento numa perspectiva de um modelo ideológico, em “[u]ma abordagem que vê o letramento como prática social crítica” (STREET, 2014, p. 155). O autor acrescenta que “[...] a introdução da Consciência Linguística Crítica e do

letramento como prática social crítica pode, acredito, facilitar o processo. Introduzi-los em sala de aula não é um luxo, mas uma necessidade” (STREET, 2014, p. 155).

Em diálogo com Soares (1998), Street (2014) propõe uma visão delineada em reconhecer letramento como uma variedade de práticas letradas, considerando-se ainda essas práticas em função das relações de poder na sociedade por acreditar que “(...) é difícil fixar um único critério objetivo para uma habilidade amplamente representada como a chave para o progresso individual e social” (STREET, 2014, p. 40).

Uma visão única de letramento, a ser passado pela escola, com “L” maiúsculo, subentendia a concepção de um único letramento no decorrer da sua vida (STREET, 2014). Esse seria um Letramento para atender às necessidades coletivas antes de tudo, como as demandas do trabalho, o que Street (2014) denomina modelo autônomo e, para ele, vem com uma mentalidade errônea de empoderamento e ascensão social do indivíduo. O modelo “autônomo” é associado por Street (2014) ao progresso e à civilização, tal modelo destaca a escola como principal transmissora das habilidades da leitura e escrita em seus usos e formas. O autor critica o modelo e diz que “[...] ele isola o letramento como uma variedade independente e então alega ser capaz de estudar suas consequências” (STREET, 2014, p. 44). Adicionalmente, considera os multiletramentos como práticas que contestam este modelo, pois “(...) a noção de multiletramentos é crucial para contestar o modelo autônomo. Precisamos ser capazes de indicar que a noção de um letramento com “L” maiúsculo e no singular é somente a visão de uma subcultura e que existem variedades de práticas letradas” (STREET, 2014, p. 147).

O autor defende, assim, em diálogo com Soares (1998), a ideia de que seria mais apropriado utilizar letramentos, no plural e com “l” minúsculo, por acreditar que o sujeito, no decorrer de sua vida, passa por variados letramentos nos diversos contextos sociais que convive. Define, então, letramento como um processo construído em todas as instituições sociais em que o sujeito perpassa, e não somente em instituições escolares:

(...) o letramento é visto como um tipo de prática comunicativa, dentro desse contexto social mais amplo, descartando a ênfase das tentativas de atribuir grandes consequências a um meio ou canal particular (GRILLO, 1974, *apud* STREET, 2014, p. 174).

Street (2014, p. 41) salienta que “[a] teoria atual, portanto, nos diz que o letramento em si mesmo não promove o avanço cognitivo, a mobilidade social ou o progresso: práticas letradas são específicas ao contexto político e ideológico e suas consequências variam conforme a situação”. Em contraposição/ou aliado a esse modelo de letramento autônomo, propõe um “modelo ideológico” para compreender o letramento em termos de práticas sociais concretas, tendo em vista que acredita que as práticas letradas são produtos da cultura, do meio, da produção coletiva situada. O modelo “ideológico”

(...) ressalta a importância do processo de socialização na construção do significado do letramento para os participantes e, portanto, se preocupa com as instituições sociais gerais por meio do qual esse processo se dá, e não somente com as instituições pedagógicas (STREET, 1984, p. 44).

No sentido de se fomentar letramentos que atendam aos sujeitos, o avanço das etnografias do letramento pode mudar a visão única e dominante de letramento presente nos estabelecimentos educacionais. Talvez, assim, seja possível o surgimento de letramentos assimilados às práticas sociais específicas locais aliados ao letramento que é disseminado nos educandários, uma vez que dialogar com o *status quo* é necessário. O autor elucida que “(...) à medida que proliferam as etnografias do letramento em comunidades, um quadro mais complexo pode emergir, e esperamos encontrar formas de resistência e letramentos alternativos ao lado do letramento, “escolarizado” (STREET, 2014, p. 140).

Pensando nas práticas sociais ideologicamente ligadas a determinados grupos, em busca de uma reflexão sobre letramentos ideológicos, a próxima sessão traz reflexões sobre os potenciais dos letramentos para a emancipação feminina.

3 Letramentos sociais e a luta feminina

Apesar de antiga, continua latente e necessária a luta das mulheres contra a opressão e o preconceito. O discurso que mulher é um sexo frágil e inferior ao homem ainda é corrente e naturalizado, assim como o estigma de que mulher só serve para cuidar de casa e procriar. Tais discursos continuam a levar à opressão, à subalternidade das mulheres com relação aos homens, como é comum vermos em nossas famílias, em nossa vizinhança, nas manchetes de jornais, nas novelas da TV, em todo lugar.

Estes autores, mesmo com idades diferentes, podem relatar situações em que seus pais não permitiam que suas mães trabalhassem, com discurso de que o lugar de mulher era cuidando da casa e dos filhos. Em ambos os casos, a situação foi superada e as mães tornaram-se importantes fontes de renda nas suas famílias. Para além dessas histórias pessoais, a violência contra a mulher vai além do autoritarismo do marido e chegam à violência extrema, como apontam os números de feminicídio no Brasil, agravados na pandemia que, segundo monitoramento *Um Vírus e Duas Guerras*, fruto de uma parceria entre sete veículos de jornalismo independente, uma mulher é morta a cada nove horas no país.¹

Por mais que muitas conquistas tenham ocorrido, como o voto, o divórcio, ainda há muito o que fazer, pois ainda há inúmeras mulheres sendo privadas de seus direitos. Há indícios de que as mulheres que sofrem as maiores violências tenham baixos níveis de letramento, além de outras questões como desamparo, desemprego, terror psicológico etc., que também podem ser fruto, em alguma medida, do baixo letramento. Além da escolarização, enquanto direito fundamental (SOARES, 1998), a própria defesa da violência passa por letramentos, como conhecer leis como a Maria da Penha e trabalhistas, saber onde buscar ajuda e como, e até mesmo o número do telefone 180, dedicado às denúncias desse tipo. Essas práticas são exemplos de letramentos sociais que necessitam ser disseminados nos diversos contextos sociais que a mulher está presente.

Para além desses exemplos meio óbvios, e necessários, as lutas para emancipação passam pelas práticas com a leitura e a escrita desde o entendimento dos contextos das lutas até a operacionalização das ações contra o opressor. Nesse sentido, Street destaca as lutas que enfrentamos pelos letramentos que desalienam, os letramentos ideológicos:

Precisamos, assim, não só de modelos “culturais” de letramento, mas de modelos “ideológicos”, no sentido de que em todos esses casos os usos e significados de letramentos envolvem lutas em prol de identidades particulares contra outras identidades, frequentemente impostas” (STREET, 2014, p. 149).

Para Street (2014) são movimentos de letramentos de resistência política “(...) o feminismo e outros movimentos, por exemplo, ao resistirem às convenções dominantes de fala/escrita atuam para torná-las explícitas como um passo na direção de transformá-las” (STREET, 2014, p. 147). Para nós, tal citação não surpreende, pois é notório que o movimento feminista tem sido exemplo de resistência há muitos anos, em razão das limitações e dos discursos referentes à identidade e ao papel da mulher impostos erroneamente pela sociedade desde sempre. Assim, consideramos de suma relevância os novos estudos do letramento, que legitimam as práticas letradas concebidas nas variadas instituições sociais permeadas pelo indivíduo, apontadas aqui como letramentos sociais. E

¹ <<https://www.brasildefato.com.br/2020/10/10/uma-mulher-e-morta-a-cada-nove-horas-durante-a-pandemia-no-brasil>>

acreditamos serem os letramentos concebidos pelos indivíduos em todas as instituições aos quais elas permeiam, são os responsáveis pela abrangência da luta feminina, bem como a ascensão desse movimento em prol da legitimação das mulheres e suas lutas no contexto atual.

4 Práticas Letradas para o letramento de mulheres

As pesquisas dos novos estudos do letramento sinalizam que o professor deve colocar-se como colaborador do estudante, a exemplo do que as teorias interacionistas já sinalizavam, que conduza seus processos de interação em diferentes espaços sociais de acordo com suas necessidades de letramento, sendo que a orientação ideológica é apontada por Street (2014) como essencial à pluralidade da nossa sociedade. Para tanto, deve apropriar de práticas que privilegiem ou simulem cadeias dialógicas reais (BAKHTIN, 2003).

Kleiman (1995) traz também colocações que possibilitam reflexões sobre as lutas das classes minoritárias frente aos problemas, descasos e preconceitos impostos pelas classes sociais dominante; bem como sinaliza que ao utilizá-las nos contextos sociais, como práticas letradas e apreendidas nas diversas vivências que experienciamos. Veremos que tais práticas destacam-se, tornando assim, essenciais para libertar as classes marginalizadas das opressões impostas pela sociedade.

Para a prática escolar com os letramentos, nas bases conceituais postas, Dolz, Noverraz e Schneuwly (2004, p. 97 *apud* CALVO, 2009) sugerem um trabalho com sequência didática por meio dos gêneros textuais. Segundo Bakhtin, os gêneros são enunciados “[q]ualquer enunciado considerado isoladamente é, claro, individual, mas cada esfera de utilização da língua elabora seus tipos relativamente estáveis de enunciados, sendo isso que denominamos gêneros do discurso” (BAKHTIN, 1997, p. 279). Os trabalhos baseados na concepção bakhtiniana de gêneros textuais deve considerar a inserção desses gêneros em cadeias dialógicas reais, se não, não serão letramentos. Assim, os trabalhos podem variar com relação ao gênero – notícias, entrevistas, rodas de conversas, listas, propagandas, - etc., desde que seja uma prática social para o grupo. Alguns pontos de relevância nesse trabalho são a estrutura, mas também os temas e estilos, que estão diretamente ligados a questões de fundo social.

O uso de sequência didática é apontado por Dolz, Noverraz e Schneuwly (2004, p. 97 *apud* CALVO, 2009, p. 9) como “(...) um conjunto de atividades escolares organizadas, de maneira sistemática, em torno de um gênero textual oral ou escrito”. Segundo os autores, a sequência didática é uma prática que ajuda a assimilar o gênero textual trabalhado, onde se escolhe o gênero que mais se aproxima com o objetivo proposto. Para trabalhar o gênero não podemos nos esquecer do que salienta Bakhtin (2003). Com ele aprendemos que “é preciso dominar bem os gêneros para empregá-los livremente” (BAKHTIN, 2003, p. 284) e que:

Quanto melhor dominamos os gêneros tanto mais livremente os empregamos, tanto mais plena e nitidamente descobrimos neles a nossa individualidade (onde isso é possível e necessário), refletimos de modo mais flexível e sutil a situação singular da comunicação; em suma, realizamos de modo mais acabado o nosso livre projeto de discurso (BAKHTIN, 2003, p. 285)

Creio que por ser uma sucessão de atividades organizadas, a sequência didática por meio dos gêneros com temas que suscitariam reflexões sobre as condições impostas às mulheres seriam práticas sociais que fomentariam letramentos nas vidas dos estudantes, contribuindo para o bem das comunidades em que estão inseridas e, sobretudo, por suas lutas enquanto mulheres oprimidas.

5 Considerações finais

Neste artigo, fizemos alguns apontamentos a respeito dos novos estudos em letramentos, trazendo o entendimento de alguns estudiosos, que pesquisam o tema desde a década de 1990 até a década atual, bem como as possíveis implicações na atualidade, sobretudo no que se refere ao conceito de letramento ideológico de Street (2014) e seu potencial na educação para a luta feminista. Autores esses que estão preocupados com o rumo dos estudos de letramento, tais como Kleiman (1995), Soares (1988) e Street (2014), compreendem que existem variados letramentos e não apenas um único letramento, sendo que atendem/devem atender às necessidades dos sujeitos. Street (2014), especialmente, propõe o estudo de letramento com vistas a um modelo ideológico, trazendo o letramento não com visão de avanço, de mobilidade social, de progresso, como faz o modelo autônomo; mas sim como práticas sociais vivenciadas e apropriadas nos diferentes contextos do indivíduo. Acrescenta que se pode usar essas práticas em favor das comunidades desprivilegiadas e marginalizadas pela sociedade dominante.

Compreendemos que essas práticas sociais valorizadas pelo modelo ideológico, como letramentos sociais, podem ser escolarizadas desde o ensino fundamental I, pois são práticas que desconstruem as lógicas dominantes e empoderam o sujeito que delas se apropriam. Baseados nesta compreensão, sugerimos práticas escolares de leitura e escrita por meio de sequências didáticas utilizando gêneros textuais de relevância nos contextos dos estudantes. Nesse sentido, a metodologia deve ser bem delimitada para suscitar nos professores e alunos reflexões acerca da emancipação das mulheres.

As questões/temas a serem trazidas/os para a sala de aula devem ser fomentadas no meio social em que os estudantes convivem para que lhes sejam relevantes, para que representem letramentos reais, para que os gêneros trabalhados façam diferença para esses sujeitos. Só com a educação e que construiremos novos sentidos para a(s) identidade(s) da mulher contemporânea. Assim, a luta não é apenas pela emancipação financeira, mas também pela reconstrução identitária e dos significados impostos à mulher e normalizados em discursos correntes, até de autoridades. Não podemos mais aceitar que a identidade das mulheres seja distorcida e subalternizada por essa sociedade que só quer alienar e manter o *status quo*.

Nesse sentido, uma educação linguística contra um sistema que oprime, agride e inferioriza deve ser ideologicamente orientada no sentido da desconstrução desses valores. Para essa educação, as biografias de letramento (STREET, 2014) são extremamente necessárias. Só assim fomentaremos pesquisas que desencadeiem esse tipo de problemática e que resultem em pedagogias e metodologias para as salas de aula.

Referências

BAKHTIN, M. *Estética da criação verbal*. São Paulo: Ática, 2003

CALVO, Luciana Cabrini Simões; BORGHI, Carmen Ilma Belincanta. *Gêneros discursivos e sequências didáticas na formação docente inicial de Língua Estrangeira*. 2009. Disponível em: https://www.ucs.br/ucs/extensao/agenda/eventos/vsiget/portugues/anais/arquivos/generos_discursivos_e_sequencias_didaticas_na_formacao_docente_inicial_de_lingua_estrangeira.pdf. Acesso em: 20/10/20.

DOLZ, Joaquim; NOVERRAZ, Michele; SCHNEUWLY, Bernard. Sequências didáticas para o oral e a escrita: apresentação de um procedimento. In: SCHNEUWLY, Bernard; DOLZ, Joaquim. *Gêneros orais e escritos na escola*. Tradução de Roxane Rojo e Gláís Sales Cordeiro. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2004.

KLEIMAN, Angela B. (Org.). *Os significados do letramento: uma nova perspectiva sobre a prática social da escrita*. Campinas: Mercado das Letras, 2008.

ROJO, Roxane; MOURA, Eduardo [orgs.]. *Multiletramentos na escola*. São Paulo: Parábola Editorial, 2012.

SOARES, M. *Letramento: um tema em três gêneros*/Magda Soares. Belo Horizonte: Autêntica, 1998.

STREET, Brian, *Letramentos Sociais: abordagens críticas do letramento no desenvolvimento, na etnografia e na educação*. Tradução: Marcos Bagno - 1. Ed., São Paulo: Parábola Editorial, 2014.